



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA  
ESTADO DO PARANÁ



**REQUERIMENTO Nº 004/2025.**

Data – 06 de março de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA  
PROTOCOLO Nº 6989  
EM 07/03/2025 às 15:31  
SERVIDOR

**O vereador que o presente subscreve, usando de suas atribuições legais e na forma regimental,**

**REQUER**, após ouvido o plenário e aprovado, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor GILEADE GABRIEL OSTI – Chefe do Poder Executivo Municipal, solicitando para que encaminhe à esta Casa de Leis, **no prazo de 15 dias**, de acordo com o artigo 29, § 1º da Lei Orgânica Municipal, **informações sobre:**

**Regularização de área doada ao Município de Guaíra para a instalação de uma área de lazer e prática de esporte na Comunidade de Salamanca:**

1. Solicito informar em que fase está a regularização da referida área doada ao município de Guaíra para instalação de uma área de lazer e prática de esporte, localizada na Comunidade de Salamanca.
2. Com a finalização na documentação referente a área, temos um prazo para início das obras?

Atenciosamente,

Câmara Municipal de Guaíra.  
Guaíra(PR) em, 06 de março de 2025.

**Adriano Richter**  
Vereador Autor

**Justificativa:**

A construção desta área para os moradores da Comunidade de Salamanca é esperada por muito tempo, haja vista que a comunidade não dispõe de aparelho público para a reunião de seus moradores para lazer, confraternização e a prática de esportes.

O compromisso na construção gerou uma grande expectativa, como acompanhamento desde o início deste projeto, muitos moradores fazem questionamento sobre quando será o início das obras. Sabemos que o processo de doação não é simples e tem os seus prazos a serem cumpridos, sendo assim sirvo-me do presente expediente para que possa ter acesso às informações oficiais sobre o tema, viabilizando o exercício fiscalizatório, bem como para prestar esclarecimentos à nossa população, tendo em vista que os vereadores são representantes do Legislativo Municipal e têm o poder e o dever de fiscalizar a aplicação de recursos públicos.